

Voltas e reviravoltas: crise e os sistemas económicos

Rodrigo da Costa Dominguez

Investigador do CICS-UMINHO (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID:
0000-0002-3083-6680

Ao tentar-se medir a importância de discursos políticos, de medidas governativas económicas, de relatos impressos ou visuais, esbarramos em questões de fundo que, provavelmente fogem à nossa percepção enquanto meros “espectadores” daquilo que ocorreu em tempos idos e que, em boa medida, ainda ocorre nos tempos presentes. Seremos nós capazes de aferir a relevância de tais ações em termos históricos e historiográficos? Seriam tais elementos fundamentais enquanto aspiração dos povos por melhores tempos e melhores condições materiais? De que povos realmente estamos a falar? Deveria o historiador (ou o economista, ou ambos) realmente levar em consideração aquelas informações contidas nas atas dos debates parlamentares, nos textos e diários oficiais dos governos e Estados, na imprensa? Ou seria tudo isso apenas retórica, ou seja, um recurso, uma maneira de se tentar dobrar aquele a quem se dirigem os pleitos? Ainda seriam as crises económicas (assim como a História), conforme escreveu Fernando Catroga, “as mestras da vida”? Mais ainda, seriam as crises económicas as causas essenciais das tentativas de implementação de mudanças estruturais, levadas a cabo por processos revolucionários e conflitos?

Várias destas questões podem e devem ser pensadas à luz do contributo da História e da Economia como Ciências Sociais fundamentais para se analisar o passado, olhar para o presente e projetar (ou perspetivar) o futuro. Esta é a base que se propõe para se meditar sobre questões de fundo no plano económico-financeiro, com o suporte da observação temporal histórica. Desta combinação nasce o contributo da História Económica: a interdisciplinaridade é, exatamente, uma das forças desta área do conhecimento que, precocemente “se apropriou do instrumental das demais ciências” (Faleiros, 2010, p. 243), vertente esta do conhecimento histórico que atualmente se encontra bastante fortalecida.

De uma maneira geral e abrangente, é comum associarmos a ideia de crise com a de dificuldades económicas. A própria definição de crise que consta no Dicionário Houaiss da língua portuguesa tem mais de um significado. Pode ser, enquanto aceção, um elemento de composição, derivado do grego *krísis, eós*, que seria uma “ação ou faculdade de distinguir, ação de escolher, decidir, julgar”¹. Ainda de acordo com a mesma fonte, o verbete como datação é um substantivo feminino, e por derivação tem também outro significado interessante: enquanto conceito económico, pode ter o sentido de “grave desequilíbrio conjuntural entre a produção e o consumo, acarretando aviltamento dos preços e/ou da moeda, onda de falências e desemprego”, desorganização dos compromissos comerciais.

Ainda dentro do aspeto financeiro, o mesmo verbete também assiste para designar uma fase de transição entre um surto de prosperidade e outro de depressão, ou vice-versa. Entretanto, o seu conceito de derivação sociológica também é interessante: serviria como a caracterização de uma situação socioeconómica repleta de problemas. Uma conjuntura desfavorável à vida material, ao bem-estar da maioria. Um momento histórico indefinido ou de riscos inquietantes. Uma situação de falta, escassez, carência. Interessa-nos exatamente explorar esta vertente.

¹ Definição encontrada no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* em versão digital, disponível em <http://houaiss.uol.com.br/>

Afinal, há situações que podem ser destacadas e analisadas, utilizando esse verbete e suas derivações como parâmetros comparativos em relação a vários momentos da história portuguesa e mundial, sobretudo nos últimos três séculos (XIX, XX e XXI). Tempo este que testemunhou, por um lado, enormes progressos económicos e materiais e, por outro, o agravamento extremo das desigualdades económico-sociais ao redor do mundo. Observamos o surgimento de crises locais, nacionais e globais, ocasionadas pelas mais variadas razões, mas que, invariavelmente, possuíam um item em comum: as dificuldades económicas. Situações geradas pelas mais variadas razões: desequilíbrios produtivos, problemas de competitividade e de inserção no mercado internacional, desvalorizações monetárias, barreiras e conflitos comerciais intransponíveis, acesso a mercados consumidores, o fim das relações coloniais entre países europeus e as novas nações ao redor do globo, assim como o acesso a fontes de energia não-renováveis.

No que diz respeito a um grave *desequilíbrio conjuntural entre a produção e o consumo*, a Europa vivenciou este aspeto da maneira mais visceral. Estados europeus digladiaram-se para ocupar parcelas territoriais e possuírem, cada um, o seu enclave próprio no continente africano nos finais do século XIX. Disputa essa que foi uma das causas estruturais da Primeira Grande Guerra (1914-1918), e que visava, sobretudo, obter vantagens na disputa por novos mercados consumidores para os produtos manufacturados/industrializados europeus e acesso privilegiado às *commodities* locais, minerais e combustíveis fósseis (petróleo) necessários para a retroalimentação do sistema então vigente.

Este conflito mundial, naturalmente, repercutiu-se em Portugal. Não obstante a relação de séculos que Portugal já possuía com aquele continente, e do envolvimento português nos combates em si, os efeitos económicos da guerra não tardaram a chegar. O mesmo Portugal que, no século anterior, viu eclodir uma revolução no Porto, em 1820, que clamou pelo retorno do monarca, por uma constituição e, fundamentalmente, por melhores condições económicas e uma menor dependência de Inglaterra, que controlava não só os setores-chave da atividade produtiva portuguesa, mas que também passou a ter acesso livre ao mercado brasileiro após a abertura dos portos em 1808 (Cordeiro, 2020). Menos de um século depois, Portugal passaria pelo choque de uma mudança de regime – da Monarquia para a República – em boa medida impulsionada pela grande questão nacional de fundo refletida no título de uma das obras de Jaime Reis: o atraso económico português. Atraso este que, em grande parte, era devido à persistência de uma economia ainda agarrada ao setor primário e com taxas muito elevadas de concentração de renda e centralização da propriedade nas mãos de poucos.

Conforme Pedro Lains observou nos seus estudos sobre a economia portuguesa, apesar do crescimento da produção industrial na segunda metade do século XIX, nos anos imediatamente anteriores à Primeira Grande Guerra, Portugal tinha cerca de 60% de sua população economicamente ativa alocada no setor da agricultura, enquanto os restantes 40% estariam “igualmente repartidos pelos setores industrial e dos serviços”. Mais do que isso, a produção agrícola “valeria o dobro da produção

industrial em 1913, de acordo com estimativas contemporâneas” (Lains, 1995, pp. 155-156). A própria implantação do regime republicano apoiava-se na questão do desenvolvimento como uma das prioridades nacionais. Por outro lado, os atores políticos envolvidos na derrubada da Monarquia não vislumbravam ações concretas para solucionar as questões económico-financeiras do país. Traziam proposições e ideias concretas para uma transformação social. Havia, de facto, a promessa de uma educação pública gratuita e universal, mas com as demais propostas gerais “muito simples e abstratas” no que diziam respeito à necessidade de uma evolução económica sólida e duradoura (Magalhães, 2009, pp. 325-326). Era primordial um aumento no comércio externo e uma maior inserção na economia internacional, combinados. E, para que tal ocorresse, questões como a restrição de recursos naturais e a baixa competitividade dos produtos portugueses, quando em competição com a forte concorrência exterior, eram obstáculos a serem superados na busca de um processo transformador (Reis, 1984, pp. 24-26).

Os anos 20 do século XX viram ruir a I República em Portugal ao mesmo tempo em que se viu também outros regimes democráticos colapsarem, todos desgastados economicamente pelos efeitos da Grande Guerra. No caso de Portugal, a ascensão do Estado Novo tem as suas origens na condução de Salazar como Ministro das Finanças e condutor de uma nova política, que tinha como objetivo de fundo o resgate da situação económico-financeira ruínosa, apoiada por uma elite industrial que via com bons olhos a oportunidade de crescer no período entre guerras (Rosas, 1984, pp. 872-873).

A Segunda Grande Guerra e o pós-guerra trouxeram uma nova realidade política e económica para Portugal e para o mundo. O período de “crescimento ininterrupto” da economia portuguesa entre os anos 40 e 70 do século XX contrastava com os “novos ventos” da mudança, materializados na descolonização afro-asiática e, por consequência, na guerra colonial. A retomada do desenvolvimento económico português contava, naturalmente, com a força das ex-colónias, transformadas em províncias do ultramar pela reforma constitucional de 1951 (Mata & Valério, 2011, pp. 298-301). Contudo, os movimentos separatistas em África e a guerra, para além das consequências sociais, tiveram efeitos terríveis na estrutura económica portuguesa. O aumento da despesa militar e a perda de rendimentos criaram uma situação de *deficit* na balança de pagamentos e nas contas públicas.

Novamente, a economia teria o seu contributo a dar para a queda de outro regime. A Revolução do 25 de Abril teria, entre uma de suas causas, a questão da fragilidade económica de Portugal. Uma debilidade exposta pelo cenário de crise internacional, com a implosão do sistema internacional de Bretton Woods, em 1971, acabando com a conversão direta do dólar americano em ouro, e o choque do petróleo de 1973, com a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de reduzir os volumes de exportação para o ocidente (Amaral, 2019, pp. 226-228).

O Portugal pós-25 de Abril, envolto em grave convulsão social e divisões políticas entre defensores dos regimes democráticos ocidentais e os apoiantes das soluções

socialistas/comunistas, precisou de passar pelo acompanhamento de instituições internacionais e por intervenções de fundo entre os fins da década de 1970 e meados de 1980. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi chamado a intervir e apoiar a reestruturação económica do país, que sofria com altas taxas de inflação, elevados níveis de desemprego e baixa capacidade do sistema bancário e dos tecidos produtivos (Amaral, Silva & Simpson, 2020, pp. 4-9), ainda que com a intervenção, Portugal tenha sido capaz de se juntar à CEE em 1986, compondo o grupo que estaria na génese da Comunidade Europeia e, posteriormente, da União Europeia, e que nos levaria à adesão a moeda única em 1999.

Mesmo o escudo europeu não foi suficiente para proteger Portugal das crises do novo mundo globalizado. Assim vimos com a crise dos *subprimes* de 2007-2008, que causou grande impacto nas instituições bancárias portuguesas (Amaral, 2015; Paula, 2009), e a crise da dívida pública da Zona Euro de 2009-2010, as quais ainda nos fazem sentir as consequências nos tempos atuais, evidentemente agravados por uma situação pandémica que restringe sobremaneira a atividade económica em escala global.

Passada toda esta trajetória histórica, fica claro que a globalização, com os seus avanços e recuos económico-sociais das últimas décadas, se por um lado, ofereceu o agravamento das desigualdades, por outro lado, também nos trouxe, do ponto de vista científico, no campo da História Económica, um contributo significativo. Uma maneira de se construir o conhecimento histórico “menos comprometida com os debates sistémicos em função do próprio esgotamento da Guerra Fria, do Socialismo e de modelos alternativos vis a vis o coroamento de um capitalismo triunfante e uníssono” (Faleiros, 2010, p. 257) e mais empenhada em observar os efeitos “totais” ou “globais” dos eventos locais, tentando ampliar cada vez mais a sua dimensão comparativa e ficando assim mais próxima de quem a lê. Por outro lado, a “nova era imperialista” (Fiori, Medeiros & Serrano, 2008) partilhada entre os Estados Unidos, China e Rússia certamente oferecerá novos desafios a quem se propuser investigar, escrever e construir a História Económica e responder aos reptos do futuro.

Referências

Amaral, L. (2019). *The modern Portuguese Economy in the twentieth and twenty-first centuries*. Basingstoke-London: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-24548-1>

Amaral, L. (2015). *Em nome do pai e do filho... O grupo Espírito Santo, da privatização à queda*. Alfragide: Dom Quixote.

Amaral, L., Silva, A. F. & Simpson, D. (2020). A long International Monetary Fund intervention: Portugal 1975-1979. *Nova SBE Working Paper Series*, Working Paper #635, 1-67. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/99746/1/WP635.pdf>

Cordeiro, J. M. (2020). *1820 Revolução Liberal do Porto*. Porto: CMP.

Faleiros, R. N. (2010). História Económica. História em construção. *Dimensões – Revista de História da UFES*, 24, 242-261. <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2532>

Fiori, J. L., Medeiros, C. & Serrano, F. (2008). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.

Lains, P. (1995). *A economia portuguesa no século XIX: Crescimento económico e comércio externo (1851-1913)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Magalhães, J. R. (2009). *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Almedina.

Mata, M. E. & Valério, N. (2011). *The concise economic History of Portugal: a comprehensive guide*. Coimbra: Almedina.

Paula, M. R. S. M. (2009). *Impacto da crise subprime no sector bancário português*. Tese de Mestrado. ISCTE Business School, Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/10071/1699>

Reis, J. (1984). O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, XX(80), 7-28. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223472983X6iYR2re6Rj50YV5.pdf>

Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, XXIX(128), 871-887. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377862S2yDZ6ad3Zv90JB8.pdf>